

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e dezenove, às nove horas, na sede do Instituto Municipal de Previdência de São Jose Rio Pardo, sito a Rua Tarquínio Cobra Olintho, número 69, Vila Pereira, município de São José do Rio Pardo, SP, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Investimentos do RPPS de São Jose do Rio Pardo, com a presença dos seguintes membros: Anderson Luís Fonseca Pirola, Eduardo de Paula Marin, Marlon Callegari da Silva e Simone Maria de Resende Bueno. O presidente sr. Fabiano Boaro de Sousa deu por aberta a reunião ordinária, antes de seguir com os assuntos de pauta, o sr. Presidente adentrou ao assunto da certificação Anbima, nesta ocasião, mencionou que na última sexta-feira o membro Marlon compareceu na sede do IMP para um bate papo a fim de esclarecer que não se sente confiante ainda para o momento de prestar o exame CPA-10, sobretudo que a matéria é algo novo e de grande complexidade, fato que levaria um pouco mais de tempo para aperfeiçoar, resumo desta visita ao IMP visou dilatar o prazo para apresentação da certificação. Na sequencia o sr. Presidente anunciou o que era conhecido por ele a não aprovação da sra. Simone ao exame CPA-10 na última sexta-feira, passando a mesma para explicações. A sra. Simone alegou que a matéria é difícil e que estudou muito para o exame acreditando estar confiante do contexto, mas não obteve êxito na avaliação. Em resumo a sra. Simone também detém da opinião que matéria obriga mais dedicação e concentração, relatando às suas dificuldades por questões pessoais, no entanto sugeriu ao sr. Presidente um tempo maior de estudo. O sr. Presidente dirigiu as palavras aos dois membros em questão, de fato o assunto é extenso, como muitas atribuições o que necessita de um estudo bem rigoroso, lembrou que o prazo determinado pelo Conselho Administrativo foi de 30 dias após a nomeação junto ao Comitê, esse prazo foi até a próxima reunião do Conselho Administrativo que é bimestral, com isso os membros ganharam aproximadamente mais 30 dias. Neste assunto, o sr. Presidente informou que não será ele que definirá prazo e sim o Conselho Administrativo. O membro sr. Anderson manifestou apoio aos membros, o seu argumento foi que o assunto para quem nunca teve contato direto passar a ser dificultoso, mas com estudo aprofundado e dedicação ambos terão potencial para o exame. O sr. Presidente frisa em levar ao Conselho Administrativo um prazo viável para apresentação da certificação, recordando que em ocasiões passadas alguns membros ficaram anos alegando estudo sem ao menos realizar o exame, o que na ótica do sr. Presidente fato não ético em ter alguns membros certificados e outros não, embora ainda perante às exigências legais estarmos com a maioria dos membros certificados. O sr. Marlon acrescentou ao assunto que o mesmo já realizou o pagamento do exame e tem prazo até maio deste ano para agendar, de qualquer forma no mês de maio irá fazer o exame. A sra. Simone sugeriu ao sr. Presidente um prazo até final do mês de julho deste ano por razões pessoais e disponibilidade de tempo na dedicação do estudo. Diante das argumentações dos membros, o assunto será levado ao conhecimento do Conselho Administrativo para deliberação. Na ordem do dia, o sr, presidente passou a palavra a Diretor Financeiro do IMP sr. Eduardo para explanar o relatório da carteira de investimento relativo ao mês de fevereiro. Sr. Eduardo entregou a cada membro o relatório elaborado pela empresa de consultoria LDB com resultados individuais e limites legais. No comentário sr. Eduardo repassou cada página do relatório explicando ponto a ponto findando com resultado total da carteira, no mês de fevereiro a rentabilidade foi de 0,46% contra a meta atuarial de 1,01%, os fundos na maioria rentabilizaram abaixo de 0,5% o que jogou para baixo o rendimento total, o único rendimento negativo do mês foi o fundo Caixa Multimercado RV 30 com rendimento de -0,31%, o resultado da carteira deve-se muito na expectativa do mercado financeiro com a reforma da previdência, algo muito aguardado por todos os brasileiros e investidores internacionais, com um cenário político conturbado os papeis principalmente os títulos públicos tendem haver mais volatilidade, bem como nossa carteira estar composta com mais de 95% nestes ativos é normal esse nível de rendimento. O sr. Presidente complementou às explicações demonstrando uma média dos índices variados de renda fixa e renda variável, o qual não resultou discrepância no resultado da nossa carteira, avaliando que não teve aquele ou outro índice melhor. Outro item da pauta foi apresentado pelo sr. Presidente sobre o recurso da Taxa de Administração do IMP 2019 apurada pelo setor de contabilidade na ordem de R\$.1.419.326,52, de onde sairá o recurso e seu destino, em análise foi apontado no relatório que saldo no fundo Caixa Brasil DI com aproximadamente R\$.440. mil reais, poderá ser usado para a citada taxa e complementado com parte do fundo BB Previdenciário IDKA-2, recursos que serão encaminhados ao Banco Bradesco para aplicação na conta administrativa e ingresso no fundo Bradesco IDKA-2 fundo este que já detemos aplicação em outra conta. Os membros concordaram por unanimidade com a essa indicação que será encaminhada através da diretoria para apreciação e deliberação do Conselho Administrativo do IMP. Em assuntos diversos, o sr. Presidente informou que aguarda os trabalhos da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil para os resultados das avaliações atuariais com base nas informações de 2018, na expectativa do resultado para a real situação do IMP e futuros trabalhos na tentativa de equacionamento do déficit atuarial. Nada mais havendo a tratar, sr. Presidente Fabiano encerrou a reunião agradecendo a todos. Eu, Eduardo de Paula Marin, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos.

Anderson Luís Fonseca Pirola \_\_\_\_\_

Eduardo de Paula Marin \_\_\_\_\_

Fabiano Boaro de Sousa \_\_\_\_\_

Marlon Callegari da Silva \_\_\_\_\_